

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 50.^a Sessão Ordinária
Realizada em 17 de Maio de 1971

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Rosário Pitelli e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Leoroldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Mugiaty Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão (39); achando-se ausentes os srs. deputados: Domicio Scaramella, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, David Federman, João Fadel, Lázaro Dumont, Paulo Poli e Xenofonte Villanueva (8).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

6

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente:

Indico, para representantes da ARENA na Comissão Especial de reforma da Constituição, os srs. deputados: Armando Queiroz, Emílio Carazzai, Borsari Neto e Gilberto Carvalho.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1.971.

a) João Mansur — Líder da ARENA

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, Requer a Vossa Excelência, regime de urgência para todos os projetos que se encontram em tramitação pelas Comissões Técnicas da Casa.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1.971.

a) Nivaldo Krüger

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja inserida nos Anais dêste Legislativo, os editoriais publicados no matutino "Gazeta do Povo", nos dias 15 e 16 próximo passados, sob o título "Uma Sudeninha no Paraná" nrs. I e II."

Aquela matéria jornalística insere um profundo sentimento paranista e sua sugestão mostra uma forma objetiva e racional para a solução de profundos problemas da economia paranaense.

Solicitamos, outrossim, o envio de cópias, com inteiro teor dêste requerimento, à direção daquela empresa.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1.971.

a) **Maurício Fruet**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado em Ata voto de louvor à Diretoria da Companhia Fôrça e Luz do Paraná, cuja excelente gestão no exercício de 1970, propiciou vigorosa expansão no desenvolvimento da empresa subsidiária da ELETROBRÁS em nosso Estado.

Os resultados alcançados naquêlo exercício dão conta de uma notável posição da Companhia, sendo relevante assinalar que os índices de desenvolvimento, superiores à medida brasileira, apresentam, relativamente ao ano de 1969, uma elevação de 12,1% na venda de energia elétrica a consumidores de tôdas as classes, 10,4% no ano que se refere ao número consumidores, 9% na geração total do sistema e 18% quanto à ponta horária máxima.

O Relatório que a Diretoria da Companhia Fôrça e Luz do Paraná levou à consideração do quadro de acionistas da empresa, registra também o aprimoramento na execução das atividades e a melhoria substancial de índices representativos de eficácia e eficiência dos serviços prestados.

De outro turno, não pode passar despercebido o acêrvo de obras executadas e, máxima, a excelente situação financeira que o mencionado Relatório deixa à mostra. No aspecto financeiro, deve ser destacado que o aumento sofrido pelas tarifas, durante o ano de 1970, limitou-se a 18%, inferior, portanto, à elevação do custo de vida verificada no mesmo período, o que não impediu ficasse assegurada uma posição plenamente competitiva à Companhia, no conjunto de empresas congêneres da Região Sul.

Na exaustão da análise do Relatório, é imperioso que dêle também se retire a informação, no campo da política de ampliação e regularização da área de concessão da empresa, que a sua atuação abrange cerca de 6.000 km², estendendo-se das fronteiras do Estado de São Paulo aos limites com o Estado de Santa Catarina.

Não cabe dúvida, porque estamos diante de números reais e dados concretos, de que a Companhia Fôrça e Luz do Paraná reflete a própria imagem da pujança do Estado do Paraná, ao qual acompanha no seu crescente ritmo de desenvolvimento e progresso, como unidade integrante do Brasil Grande, liderado por sua Excelência, o Presidente Emílio Garrastazú Médice.

Como medida de justiça aos trabalhadores da Companhia Fôrça e Luz do Paraná, como aplauso à Diretoria da empresa pela capacidade com que se houve, manifestar a Assembléia Legislativa, que é constituída de representantes do povo que se beneficia com os resultados positivos da firme e patriótica energética já evidenciada, seu regozijo e, mais do que isso, seu louvor a todos quantos não pouparam esforços, nem inteligência, em prol da consolidação de nossa afirmação histórica e de nossa vocação de liderança nacional.

Requer, ainda, que se dê ciência ao Coronel Cássio de Paula Freitas, Presidente da Companhia Fôrça e Luz do Paraná.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1.971.

(a) **Acyr José**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Secretário de Viação e Obras Públicas, Dr. Cássio B. Macedo, e ao Superintendente do I.P.E., Dr. Laufran Villanueva, ofício solicitando seja enviado a esta Casa de Leis, os "Curriculum Vitae" dos funcionários Fernando V. Villanueva e Cássio B. de Macedo Júnior, contendo entre outras informações, as seguintes: naturalidade, filiação, estado civil, atividades anteriores, cursos, funções atuais, respectivos vencimentos, data de posse.

Sala das sessões, em 17 de maio de 1.971

a) **Sebastião Rodrigues Júnior.**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve Requer, usando de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento, na cidade de Pato Branco, da Excelentíssima Senhora Amélia Bortót Picoli, virtuosa esposa do Senhor Ricieri Picoli, ocorrido a 14 do mês em curso.

A extinta era, mercê seus óotes de bondade e fidalguia, vastamente estimada na sociedade em que viveu, deixando uma lacuna sentida. Pertencente a família tradicional de Pato Branco jamais se afastou da linha do melhor interesse pelo progresso do Município, participando das melhores iniciativas de caráter social.

Pede o signatário que, da decisão da Casa, seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1.971.

(a) **Ivo Thomazoni**

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 65-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Passa à conservação do Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada que liga a cidade da Lapa à Gruta do Monge, no município do mesmo nome

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1.971.

(a) **Maurício Fruct**

JUSTIFICATIVA: — Justifica-se o Plano em tela, pelo fato de ser a região da Gruta do Monge um dos maiores pontos de atração turística em nosso Estado.

A situação atual daquela rodovia é péssima e, em épocas chuvosas, torna-se quase intrasitável, não sendo, portanto, um cartão de visitas apresentável ao turista que por aqui chega.

O seu curto trecho, de aproximadamente 4 quilômetros, não tornará onerosa a sua conservação, que é de interesse vital para o nosso turismo.

PROJETO DE LEI N.º 66-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Passa à conservação do Departamento de Estradas de Rodagem a estrada municipal que liga os municípios de Araucária e Campo Largo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1.971.

(a) **Maurício Fruet**

JUSTIFICATIVA: — O presente plano de lei se justifica pelo fato de serem os citados municípios, dois dos maiores produtores de cereais da região Leste do nosso Estado.

No entanto, esta produção não encontra meio condizente para se escoar. Para dar vazão aos seus produtos, os agricultores da região têm que se sujeitar a uma estrada em péssimas condições, inclusive intransitável em épocas de chuvas, o que vem provocar sérios transtornos para a região.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, neste plenário, do sr. deputado federal José Carlos Leprevost e do dr. Laufrand Villarrueva, Superintendente do IPE.

E, srs. Deputados, justamente essas regiões básicas de desenvolvimento, são aquelas que nada recebem e que, por falta de maior cultura e incentivo, têm menores condições de desenvolvimento, e vivem sob o paternalismo presente e permanente do Estado. Pois que essas regiões não têm nenhuma condição de sobrevivência.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Inclito sr. Presidente. digníssimos srs. Deputados.

"A Gazeta do Povo", em suas edições de sábado e de domingo, focalizou no editorial, sob o título "Uma Sudeninha no Paraná", um aspecto que julgamos de maior importância para o desenvolvimento industrial de nosso Estado.

Aliás, nesse sentido, participei à egrégia Casa que, aproximadamente há 30 dias, e com o assessoramento de dirigentes de empresas, de auditores e advogados, estivemos estruturando um Projeto de Lei que tenho a honra de encaminhar a esta Casa, fixando incentivos fiscais para desenvolvimento, principalmente, das regiões mais subdesenvolvidas de nosso Estado. Regiões essas que, se tiverem participação nesses incentivos fiscais, terão condições de se desenvolverem, oferecendo colocação a milhares de trabalhadores. Pois que essas regiões sobrevivem com auxílio do Estado e, com esse incentivo terão condições de, juntamente com os demais municípios do Paraná, participar para o progresso do Paraná.

O Projeto de Lei que apresentamos foi baseado no FUNDECO, Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina, e em rápidas palavras quero dizer que esse Fundo permite aos industriais e aos comerciantes, que no momento do pagamento do ICM, destinem, em conta bloqueada, 10% nos 12 primeiros meses; 15%, nos subsequentes meses e 20% nos 24 meses, sobre o total a ser recolhido. E essas importâncias deverão ser aplicadas em indústrias em regiões básicas de desenvolvimento.

Por esta razão, e por tratarem esses dois editoriais de "A Gazeta do Povo" com exatidão este problema, solicitamos à Casa, fiquem os mesmos consignados na Ata de nossos trabalhos, pois que esses artigos devem merecer melhor atenção por parte do Poder Executivo e devem ser transformados em lei objetiva e sólida. E tenho certeza que, se isso acontecer, muito ganhará o Estado do Paraná. Porque nosso Estado tem regiões tão desenvolvidas que se equiparam aos países europeus mais adiantados; mas, por outro lado, existem regiões em completo abandono. E se esses municípios receberem recursos do Fundo de Desenvolvimento, terão condições totais de sobrevivência.

Era isto que se sejava participar à Casa, no momento.

Muito obrigado, sr. Presidente, e demais membros que dirigem esta egrégia Casa. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Borsari Neto, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna desta Casa, hoje, para justificar um requerimento que subscrevemos com o deputado Gilberto Carvalho. No início deste mês, nós participamos, a convite do Presidente do Conselho da Associação dos Municípios do Paraná, de uma reunião naquela Diretoria, daquele Conselho. Lá, nós tivemos a oportunidade de observar a preocupação do Conselho e da Associação, em colaborar para a nova fixação nos índices de ICM. Verificamos, também, naquela oportunidade, a preocupação da Associação e do Conselho, preocupação que tenho notado também em todos os companheiros que têm assento nesta Casa, de trazer uma contribuição para que, efetivamente, os índices fixados para o próximo ano sejam calcados em bases reais.

Sobre esse assunto, o deputado Gilberto Carvalho ocupará esta tribuna, abordando maiores detalhes. Naquela oportunidade, também observamos o interesse da Associação em procurar trazer, recursos às Prefeituras Municipais, para se equiparem com patrulhas e máquinas para atendimento tanto das suas estradas vicinais, como aos homens da lavoura.

Entendo que isso é de uma grande importância, porque na época em que surge o crédito agrícola, certamente há necessidade de se propiciar às Prefeituras melhores condições, para que realmente elas possam também atender aos agricultores. É evidente que, neste sentido então, as Prefeituras terão uma sobrecarga muito grande. É por isso que apresentamos o seguinte requerimento: (Lendo):

“Senhor Presidente:

Os subscritores do presente, nos termos do Regimento Interno, requerem, com a audiência da Casa, seja encaminhado ofício ao Banco do Brasil S/A., solicitando que o mesmo conceda às Prefeituras Municipais financiamentos, a juros de crédito rural, para aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários e máquinas e implementos agrícolas.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1.971.

aa) Francisco Borsari Neto. — Gilberto Carvalho.

JUSTIFICATIVA — A grande maioria das Prefeituras Municipais do nosso Estado sente a falta de uma patrulha mecanizada para prestar os serviços aos agricultores o devido atendimento.

— O setor rodoviário municipal também está sempre a exigir, além da complementação, a renovação de suas máquinas.

— O erário público municipal, principalmente após a fixação dos novos índices do ICM, dificilmente apresentam condições de realizar prioritariamente as aquisições citadas.

— O Conselho Deliberativo da Associação dos Municípios do Paraná através de sua resolução n. 2-71-CD, item 5 a, reconhece a necessidade da obtenção desses financiamentos.

Entendemos, assim, que a adoção da medida proposta no requerimento virá beneficiar os nossos municípios”. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. deputado Hélio Manfrinato, dela queira fazer uso, declarou encerrado o Pequeno Expediente, passando-se ao Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. deputado Hélio Manfrinato, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Volto hoje a esta Tribuna para tratar de assunto de nossa sociedade, deixando de lado os tópicos e parágrafos da Constituição aos juristas desta Casa.

Srs. Deputados, há dias ocupei esta Tribuna para tratar de assunto refe-

rente à assistência social e à vida de nosso povo, principalmente do povo necessitado de nosso Estado.

Ontem tive oportunidade de, ao assistir o programa Flávio Cavalcanti, tomar conhecimento que o INPS e outras autarquias, apesar de ser um trabalho instituído no Rio de Janeiro por uma equipe elevada, tem, como seus segurados, apenas 130 mil velhos dos sete milhões que existem no Brasil. Esses velhos derramaram seu suor e ajudaram o progresso do Brasil e tudo fizeram para o desenvolvimento de nossa nação.

Disse o sr. Flávio Cavalcanti, em seu programa, que é necessário que essas autarquias, que os Deputados, que o Executivo estendam seus braços e cuidem desses homens esquecidos que no passado foram os heróis da construção do Brasil.

Este requerimento iremos endereçar à Mesa no sentido de que, através de um apêlo, dentro de nossas possibilidades, dentro das leis e medidas possíveis, possamos, também, fazer alguma coisa aos velhos paranaenses.

O que preteridemos é que, por meio de leis ou de um trabalho profícuo, façamos com que os Podêres Públicos, principalmente o Legislativo, faça um ato benemérito em sinal de gratidão a esses homens.

Dentro em pouco encaminharei requerimento neste sentido e solicito à Presidência que encaminhe expediente ao sr. Flávio Cavalcanti, dizendo que esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná está solidária com seu pensamento e sentimento humano.

Sr. Presidente, quando usei a Tribuna, há quinze dias atrás, e falei sobre este povo marginalizado, esquecido, dormindo pelas ruas de nossas Capitais pedindo que se levasse ao conhecimento do sr. Secretário do Trabalho e se tomassem as necessárias providências. Em seguida, ocupou a Tribuna o Deputado Arthur de Souza, quando aqui disse que o SSS estaria tomando as providências cabíveis, deixando a cada Deputado o número daquele Diretor. Muito bem, sr. Presidente, srs. Deputados, assumi a tribuna por poucos minutos, para pedir apoio a este requerimento que iremos encaminhar ao Governo, e iremos demonstrar que os homens, juntamente com o sr. Governador e o sr. Secretário, também têm coração humano e sensibilidade pelo sofrimento de cada brasileiro.

Presados Deputados, também queria, nesta oportunidade, fazer uma referência a respeito da Constituição. Não entrarei com emendas; deixarei isso a critério do Líder de nossa bancada, dos juristas que nela se compõem; é porque eles, como credenciados, terão a oportunidade de trazer ao entendimento de todos alguns tópicos, algumas emendas que poderão beneficiar a elaboração da Carta Magna; enfim, chegar a uma conclusão que seja satisfatória. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 39 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do sr. deputado Mauricio Fruet, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

— Redação Final — do Projeto de Lei n. 224-69, que declara de Utilidade Pública, o "Foto Clube do Paraná", com sede nesta Capital. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 224-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Foto Clube do Paraná, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-4-71.

aa) Cândido Manoel Martins de Oliveira - Presidente. — Wilson Brandão - Relator. — Maurício Fruet

— 3a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 5-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 14-71, que aprova convênio celebrado em 28 de outubro de 1970, entre o Estado do Paraná através de sua Diretoria no Estado, a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico e o Banco do Estado. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

— 2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 142-70, de autoria do dep. Olívio Belich, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal a Francisco Distefano Gracia, e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

— 1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 148-70, de autoria do dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 100,00, a pensão mensal concedida à viúva Izaura Silva Ribeiro. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 148-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para Cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros), a pensão concedida à Izaura Silva Ribeiro, viúva do ex-major Emiliano Ribeiro.

Art. 2.º — A despesa com a execução da presente Lei, correrá por conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de julho de 1.970.

a) Paulo Poli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 148-70

Autor: Deputado Paulo Poli.

Súmula: Autoriza o P.E. a elevar para Cr\$ 100,00 a pensão concedida a Izaura Silva Ribeiro, viúva do ex-Major Emiliano Ribeiro.

1) A iniciativa supra indicada vem articulada e devidamente justificada, de acordo com o que determina o Regimento Interno.

2) Trata-se de simples autorização legislativa, razão pela qual não fere qualquer preceito, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional.

Quanto a sua oportunidade, nada a opôr.

3) Em face das razões expendidas, somos pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em

aa) Wilson Brandão - Presidente. — Igo Losso - Relator. — Odilon Reinhardt — Gilberto Carvalho. — Sebastião Rodrigues Júnior. — Emílio Carazzai — Acyr José. — Cândido Manoel Martins de Oliveira.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 148-70

Súmula: — Autoriza o P.E. a elevar para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a

pensão mensal concedida a Izaura Silva Ribeiro, viúva do ex-Major Emiliano Ribeiro.

1) A iniciativa do nobre Deputado Paulo Poli, é de elevado espírito social e merece nosso respeito, tendo em vista que autoriza o Poder Executivo a elevar a pensão mensal supra mencionada.

2) Sendo simples autorização legislativa, não fere qualquer dispositivo de ordem financeira;

3) Diante do exposto, somos pela aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 29-04-71.

aa) Leopoldo Jacomel - Presidente. — Fuad Nacli - Relator. — Santos Lima. — Iázaro Dumont. — Paulo Poli. — Ovídio Franzoni.

O SR. ERONDY ESILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente.

Apenas para fazer uma consulta à Mesa, tendo em vista que já encerrou-se a Hora do Expediente, e V. Exa. vai anunciar a votação da Ordem do Dia e, conseqüentemente, encerrar a sessão.

Mas tendo em vista estar o deputado Muggiati Filho elaborando uma série de emendas para apresentar à emenda constitucional, V. Exa. há de lembrar que a resolução diz que abre um prazo por três dias, e não por três sessões. De maneira que até às 24 horas de hoje, V. Exa. deve determinar a permanência de um plantão na Casa para receber as emendas até às 24 horas. É este o meu pensamento. Consultar a Mesa, se realmente estou certo, e se V. Exa. vai determinar este plantão para o recebimento das emendas.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência decide que o plantão ficará até às 24 horas de hoje.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço a V. Exa., e ao mesmo tempo quero me congratular pela imparcialidade com que V. Exa. recebeu a nossa questão de ordem. V. Exa. deu uma demonstração de espírito público e de civismo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da sra. Amélia Bortot Picoli. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Acyr José, constante do Expediente, solicitando voto de louvor à Diretoria da Companhia Fôrça e Luz do Paraná, cuja excelente gestão, no exercício de 1970, propiciou vigorosa expansão no desenvolvimento da empresa subsidiária da Eletrobrás. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando seja enviado, ofício aos srs. Secretário de Viação e Obras Públicas e superintendente do I.P.E., no sentido de que os mesmos enviem a esta Casa de Leis, "Curriculum vitae" de funcionários. — Em discussão

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Adiada a discussão para amanhã, conforme artigo do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet constante do Expediente, solicitando sejam inseridos nos Anais deste Legislativo, os editoriais publicados no matutino "A Gazeta do Povo". — **Aprovado.**

A matéria acha-se transcrita no final desta Ata.

Requerimento de autoria do sr. deputado Borsari Neto, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado ofício ao Banco do Brasil S/A., no sentido de que o mesmo conceda financiamento às Prefeituras Municipais. — **Aprovado.**

Indicação de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente, indicando para representantes da ARENA, na Comissão Especial de

Reforma da Constituição, os srs. Emílio Carazzai, Borsari Neto, Gilberto Carvalho e Armando Queiroz. — À Divisão de Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos que se encontram em tramitação pelas Comissões Técnicas da Casa. — **Rejeitado.**

A Presidência informa aos srs. Deputados que as emendas serão recebidas até às 24 horas, no Gabinete da 1ª. Secretaria, onde se encontram os funcionários que receberam essa incumbência, bem como o sr. 1.º Secretário que passará o visto nas referidas emendas.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 138-70;

3ª. Discussão — do Projeto de Lei n. 142-70;

2ª. Discussão — do Projeto de Lei n. 148-70;

1ª. Discussão — do Projeto de Lei n. 213-70.

Levanta-se a sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA, A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MAURÍCIO FRUET, NA SESSÃO DE 17 DE MAIO DE 1.971.

UMA "SUDENINHA" NO PARANÁ — I

A que sobrevir a realidade diante das afirmações de que precisamos ter um desenvolvimento econômico harmônico no Paraná evitando depressões resultantes de diferenças de progresso em várias áreas.

Entre o lirismo das assertivas, tão empostadas em instantes solenes com pomposos discursos e dura evidência de milhares de famílias que vivem em regiões descapitalizadas (do sul do Paraná ou do nordeste ou, ainda, do litoral) deve existir um esforço da gente paranaense, para que a vida não seja tão dura, tão desesperançada, tão terrível.

Ainda, nesta semana — com repercussão na opinião pública — defendemos a tese de que, para o Nordeste do Paraná, precisamos lutar pelo asfaltamento dos 120 quilômetros do Atuba até a divisa com São Paulo, usando-se o leito consolidado da histórica Estrada da Ribeira. Mas, ao mesmo tempo sublinhamos que se impede a criação de um Plano de Desenvolvimento Econômico dessa área. É sobre esse tema que gostaríamos, hoje e amanhã, de tecer algumas considerações, lembrando que o Estado tem, presentemente, um excelente instrumentar através da possibilidade de flexionar sua política fiscal, por via do ICM.

Dois exemplos, para os quais chamamos, remarcadamente, a atenção das autoridades incumbidas de tracejar a política do desenvolvimento econômico paranaense, devem ser enfocados. O primeiro deles nos decorre de Minas Gerais. Os mineiros resolveram, através de uma lei, criar ESTÍMULOS FISCAIS que consistem na vinculação de 40% do valor do ICM devido ao Estado, não computada a importância destinada ao Fundo de Participação dos Municípios, aos seguintes fins: 1) 32% de investimentos à empresa; 2) 5% ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, a título de realização da Capital do Estado; 3) 3% para a formação de fundo de financiamento à programas de pesquisa aplicada nos campos econômico, administrativos e tecnológico, executados por fundação instituída em virtude de lei estadual.

Com esse diploma, o governo mineiro ficou autorizado a conceder, de forma singela, estímulo fiscal para a implantação ou ampliação das empresas industriais em Minas Gerais.

Mas, o exemplo de Santa Catarina, através do seu Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado de Santa Catarina — FUNDESC — criando zonas de desenvolvimento prioritário, se nos parece mais interessante, como fonte

de estudo visando a criação de uma estratégia de política de desenvolvimento. Sobre o assunto voltaremos, em próximo editorial apreciando a lei catarinense e a necessidade que o Paraná tem de estudar o problema visando à criação de "Eudeninhas", em nosso território, auxiliando especificamente, áreas menos desenvolvidas da realidade paranaense. É o que veremos no editorial de amanhã.

UMA "SUDENINHA" NO PARANÁ — II

A sôrna e macambuzia tristeza que traça a pauperizada economia de regiões subdesenvolvidas do Paraná contrasta com a opulência de outras, onde co-estaduanos olham para o futuro com uma ordem de crença viva e entusiasmada, bem diferentes da maneira de ver, desolada e anêmica, que outros paranaenses têm como consequência da vida vazia que levam, nas pobres áreas onde se acham sem futuro, sem trabalho, sem sintonia com a hora do nosso progresso.

Ainda, ontem, ferimos a tese de que se impõe um estudo, através do qual, pelo instrumento — por exemplo — da política fiscal, poderíamos criar "Sudeninhas", no Estado, criando meios e modos para que o Paraná tenha um desenvolvimento harmônico, escorvando-se, de nosso contexto econômico, o fenômeno dos desníveis que notamos tão flagrantemente. Citamos o exemplo mineiro; mas poderíamos, também, situar o caso catarinense, que criou Zonas de Desenvolvimento Prioritárias, instituindo um sistema de incentivo fiscal, gerido pelo FUNDESC — Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado de Santa Catarina. Alimentado o FUNDESC por um programa de estímulos à base do ICM. O contribuinte de Santa Catarina tem a opção de se submeter à alíquota normal do tributo (ICM) ou de pagar uma relação menor, observada, nesse caso, a condicional restritiva de aplicar a diferença em benefício do crescimento econômico catarinense. Quando o total dos depósitos em ICM, por parte do contribuinte, somar valor mínimo de 10 mil cruzeiros, poderá solicitar ao FUNDESC a aplicação na tomada de ações ou cotas de sociedades industriais consideradas como básicas para o desenvolvimento econômico catarinense, deduzindo-se, somente, 3% dos valores, para atender à rubrica do ressarcimento dos custos operacionais. Aumentando o capital próprio das sociedades, através do mecanismo fiscal, o sistema catarinense diminuiu a demanda de capital circulante no setor de crédito, com reais vantagens aos beneficiários, além de propiciar o incremento da produção das unidades industriais e, como consequência, a própria receita derivada.

Claro está que é um sistema de política fiscal. No Paraná temos o BADEP, PLADEP, o BRDE, instituições que, ao lado da adoção de uma flexível política fiscal poderiam, com o concurso de Prefeituras (que concederiam vantagens de várias ordens), estruturar "sudeninhas" no Estado, em regiões, tecnicamente escolhidas, em função de características de subdesenvolvimento bem marcadas.

O que se nos parece válido — como consignamos no primeiro artigo — é um esforço de técnicos, visando a criar novos instrumentos, outras fórmulas, concepções diversas, que tenham a preocupação do uso de instrumentos como esse de uma política fiscal flexível, financiamentos, estímulos através de concessões de terrenos e melhorias, para que possamos criar polos de desenvolvimento econômico, notadamente, em regiões onde a baixa densidade de progresso é, para todos nós, um terrível anátema em nossa consciência paranaense.